

Lucio Flavio Pinto

Condell: será mesmo um forum de debate?

Se o representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República não tivesse percebido o detalhe, a Terra Rica Industrial e Comercial teria conseguido, ontem, que o Conselho Deliberativo da Sudam aprovasse seu projeto agropecuário, no valor de 1,75 milhões de hectares, com uma irregularidade gritante: a empresa obtivera uma certidão negativa da Funai para uma área e vai implantar seu empreendimento em outra área. Isto é, a Funai atestou a inexistência de aldeamento indígena para uma certa área, presumidamente a mesma da fazenda, mas o projeto tem outra localização.

A discrepância entre a área da certidão e a área realmente de propriedade da empresa é expressiva, mas mesmo assim a equipe técnica da Sudam, responsável pela elaboração do parecer submetido ao Condell, não a percebeu. Os conselheiros consideraram essa diferença um erro involuntário e por isso acabaram aprovando o projeto, como os outros três que lhes foram submetidos, apesar de outras lacunas neles apontadas. A generosidade ontem era grande.

Essas falhas, no entanto, mereceriam maior discussão por parte do Condell. A discrepância apontada pelo representante da Seplan pode ser facilmente sanada se a empresa logo em seguida puder obter a certidão correta da Funai. Mas e se a Funai não puder dar o atestado para a área realmente ocupada pela Terra Rica? Não seria muito mais sensato que a Sudam sustasse a aprovação do projeto até que a empresa lhe apresentasse a certidão exata?

Tem sido uma prática usual da Sudam passar por cima desses "detalhes", aprovar os projetos e estabelecer condições "a posteriori", que na maioria das vezes os conselheiros não se preocupam em saber se foram realmente cumpridas. No detalhe apontado pelo representante da Seplan há um aspecto interessante. Pela certidão da Funai, a área situa-se um pouco ao norte da Transamazônica, entre os rios Pacajá e Repartimento. Mesmo não tendo havido, ontem, tempo para uma plotagem exata, verifica-se que nessa área deverão ser instalados os índios Parakanã, em consequência do represamento do rio Tocantins pela hidrelétrica de Tucuruí. A área real é que fica mais ao norte. Por que a Funai deu a certidão?

Mas há ainda um outro "senão" que conselheiro algum percebeu. A Sudam admitiu que a empresa só apresente a certidão do registro de imóveis, comprovando a incorporação das terras do projeto em nome da Terra Rica, quando da primeira liberação dos recursos do Finam. Essa é mais uma das condições que deveriam anteceder a aprovação. Por que deixá-la para depois, só é um pré-requisito primário e elementar?

O representante do Ministério da Fazenda lembrou que o projeto da Agropecuária Rio Dezoito nem incluía a certidão negativa dos diversos órgãos das fazendas públicas. A Sudam pode alegar que o tal processo desburocratizador instaurado pelo ministro Hélio Beltrão autoriza a exclusão desses papéis. Mas de qualquer outra forma pode a Sudam ter alguma comprovação da seriedade de comportamento dos empresários diante do erário público?

Essas questões, que não colocam em xeque a competência ou a honorabilidade da equipe técnica da Sudam, demonstram (e isso não é mais caso recente) a dupla necessidade que se coloca para a instrução das decisões do Condell. Em primeira lugar, a distribuição dos pareceres e das proposições precisa ser ainda mais antecipada para permitir melhor leitura, algo que vários conselheiros sequer realizam. Em segundo lugar, os pareceres precisam ser mais detalhados e explícitos. O ideal seria que a Sudam distribuisse cópias dos originais excluídas apenas as partes reconhecidamente desnecessárias.

Há, ainda, uma terceira colocação, velha e pouco considerada reivindicação dos jornalistas que acompanham as reuniões do Condell. A imprensa não deveria receber apenas o "esqueleto" da pauta, cuja sumariedade é franciscana. Deveria ter acesso prévio também aos pareceres, talvez com o compromisso de só divulgá-los após a realização da reunião do Condell. Bastaria que as próprias empresas indicassem um representante para receber os documentos.

A parte dessa aspiração, que representaria uma melhor informação ao público, resta a questão, sempre tocada de raspão, do conhecimento mais aprofundado dos projetos que são submetidos ao Condell. Ontem, por exemplo, dois conselheiros — e vários espectadores — ficaram na dúvida quanto à aprovação de projetos pecuários em áreas identificadas geralmente como sendo de floresta densa: São Felix do Xingu e Portel.

A Sudam garante que nesses dois municípios existem áreas de cerrado e que é justamente nessas faixas que se situarão as fazendas. Todos confiaram na palavra da Sudam, mas seria interessante se o regulamento do Condell admitisse a possibilidade de uma exposição mais detalhada sobre os projetos. Uma locação no mapa ajudaria muito.

O presidente do Banco da Amazônia, Oziel Carneiro, sugeriu que na parte vespertina (a reunião do Condell quase sempre é matutina), os conselheiros pudessem assistir a alguma exposição. Endossando a sugestão, talvez fosse conveniente fazer uma modificação: além de uma palestra de tema geral, os técnicos da Sudam e os empresários poderiam fazer exposições sobre cada um dos empreendimentos a serem submetidos ao Conselho. A oralidade estimula de modo mais eficiente a controvérsia e é da discussão que brotam as boas informações. Nesse caso, seria necessário inverter o horário: a exposição pela manhã e a reunião do Condell à tarde.

Qualquer que seja a posição da Sudam, uma coisa precisa ser firmada: se o Condell quer realmente ser o forum de discussão, ao menos a nível institucional, mais qualificado sobre a Amazônia, ele precisa de maior consistência. Dois indicadores parecem indicar que essa consistência se vem diluindo: o número de pessoas no auditório e a duração das reuniões, cada vez mais curtas. Reuniões rápidas sem prejuízo da densidade das diversas posições nada teria de mal. Ao contrário, seria o ideal. Mas não é o que tem ocorrido.